

Grupo operativo em um setor de psicologia: lista de espera

Operative group in a psychology sector: waiting list

João Francisco Greff do Amaral

Resumo

Este artigo apresenta-se como um relato de experiência, conversando prática e teoria a partir do recorte de uma situação clínica em um grupo operativo de pretensão terapêutica, advindo de uma proposta de estágio realizado em um ambulatório de Atendimento Psicológico. O objetivo central do trabalho era desafogar a extensa lista de espera do setor, bem como, oferecer uma alternativa de escuta aos pais/responsáveis por crianças em lista de espera. A metodologia adotada teve base no arcabouço teórico da psicanálise, especificamente na teoria de grupos operativos de Pichon-Revière (2012 [1983]). Os encontros com o grupo aconteceram quinzenalmente e tiveram o objetivo central de realizar reflexões e discussões acerca dos enredos familiares, a fim de que algumas conflitivas pudessem ser resolvidas no grupo. Doravante, a prática foi capaz de traduzir novos dispositivos de atendimento clínico e inaugurar um novo formato clínico-terapêutico no ambulatório, a fim de dar conta das extensas listas de espera.

Palavras-chave

Clínica, grupo operativo, práticas de estágio.

Abstract

This article presents itself as an experience report, talking about practice and theory from the perspective of a clinical situation in an operative group of therapeutic intention, arising from an internship proposal carried out in an outpatient clinic of Psychological Care. The main objective of the work was to unburden the sector's extensive waiting list, as well as offering an alternative to listening to parents / guardians of children on the waiting list. The methodology adopted was based on the theoretical framework of psychoanalysis, specifically on the theory of operative groups by Pichon-Revière (2012 [1983]). The meetings with the group took place fortnightly and had the central objective of carrying out reflections and discussions about family plots, so that some conflicting ones could be resolved in the group. Henceforth, the practice was able to translate new clinical care devices and inaugurate a new clinical-therapeutic format in the outpatient clinic, in order to cope with the extensive waiting lists.

Keywords

Clinic, operative group, internship practices.

João Francisco Greff do Amaral

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus Santo Ângelo

Graduando em Psicologia e Pesquisador/Bolsista pelo programa institucional de iniciação científica da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus Santo Ângelo.

joao.francisco.amaral@hotmail.com

Introdução

O presente artigo é oriundo de um Estágio de Ênfase em Intervenções Clínicas, que foi realizado no 7º semestre do Curso de Graduação em Psicologia. A proposta emerge da necessidade de trabalhar a lista de espera de um Setor de Atendimento Psicológico da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), construído em um ambulatório do serviço público de uma cidade no interior da região Sul do Brasil. A grande procura pelo setor e o crescente número de encaminhamentos feitos por Escolas, Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e entre outros, paulatinamente, foi constituindo uma extensa e obsoleta lista de espera.

Neste caso, surge a possibilidade de criar um grupo operativo (de acompanhamento e finalidade terapêutica) para pais e responsáveis de jovens/crianças em fila de espera – contudo, a proposta de grupo instala-se como uma subversão do modelo clínico ortodoxo que vinha sendo desenvolvido no setor de psicologia.

Sobre a psicanálise e as instituições públicas no Brasil, Romanini e Roso (2012) inferem que o contemporâneo exige uma reinvenção da clínica ortodoxa, insurgindo no psicanalista a capacidade de ocupar uma função de escuta do sofrimento através da instituição, uma vez que a tradição do consultório particular e o marco da luta antimanicomial são registros intrínsecos neste fluxo. Deste modo, “a entrada de um novo ‘olhar’ e de uma escuta diferenciada nas instituições provoca, no mínimo, a necessidade de rearranjo institucional” (ROMANI; ROSO, 2012, p.360).

Neste caso, é possível refletirmos sobre a necessidade de pensar uma Clínica Ampliada como dispositivo de um fazer-grupo-institucional. Cunha (2009), baseado nos pressupostos do Sistema Único de Saúde (SUS), especificamente nas diretrizes de base da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, infere que o princípio de universalização do acesso aos serviços exige uma modificação nas práticas, bem como, uma ampliação das mesmas. Assim, a clínica ampliada é um fazer inseparável da gestão institucional.

Para Campos (*apud* CUNHA, 2009) existem alguns eixos que norteiam uma clínica que se predispõe ampliada, bem como, uma compreensão dimensionada entre o processo saúde-doença, um trabalho entre profissionais na compreensão etiológica/diagnóstica. Deste modo a ampliação do fazer clínico-institucional pressupõe, inclusive, a capacidade de escuta (de si mesmo e dos Outros) e conduta crítica para lidar com expressões sociais (sujeito-família-comunidade).

No que tange a dinâmica de funcionamento dos grupos, Pichon-Revière (2012 [1983]) infere que: o trabalho em grupo revela um potencial operativo-terapêutico, uma vez que, toda atividade em grupo é terapêutica por excelência.

Doravante, a pretensa oferta de grupo operativo (terapêutico), encontrou alicerce no desejo de ampliar o espaço de escuta, a fim sustentar um setting para falar sobre o sofrimento psíquico no contexto familiar, sendo possível, em nosso trabalho, de modo concomitante, direcionar os casos para escuta individual em clínica.

Dito isto, a importância de nossa prática encontrou subsídio no fato de fazer girar a lista de espera e proporcionar um acolhimento das angústias familiares (emergentes de dificuldades escolares, problemas de relacionamento em casa, separação conjugal, entre outras), que acossam os pais e responsáveis por crianças que esperam pelo serviço do setor de psicologia.

A construção de um grupo como dispositivo terapêutico, sustenta, também, um alicerce paralelo com o fazer clínico de escuta individualizada,

uma vez que, os membros do grupo poderiam ser, a partir da avaliação de cada caso, orientados para o atendimento individual.

Contudo, a prática em questão encontrou sustentação na literatura psicanalítica, especificamente no modelo de grupo operativo de Pichon-Revière (2012 [1983]), onde a tarefa serve como um chamado à implicação subjetiva, isto é, um dispositivo facilitador da técnica, portanto, uma ferramenta que propicia a reflexão a serviço da intervenção terapêutica.

Não obstante, é sabido que o trabalho com grupos exige uma mediação específica, por ora, a transferência para com a figura do terapeuta é permeada pelas nuances projetivas. Leszcz e Yalom (2007) alertam ao fato de que o paciente enxerga o terapeuta de modo distorcido na transferência de grupo, até mesmo antes do início do processo terapêutico.

Em todo caso, a transferência é inundada pelas mais diferentes fantasias em relação ao terapeuta. “A transferência é tão poderosa e tão ubíqua que o ditado ‘o líder não deve ter favoritos’ parece ser essencial para a estabilidade de cada grupo de trabalho” (LESZCZ; YALON, 2007, p.171).

As especulações, acima referenciadas, nos orientam na direção da técnica com grupos, o que, inclusive, denuncia o lugar da transferência. Considerando a ambivalência nos sentimentos direcionados ao líder (terapeuta), poder-se-ia pensar a importância da clareza com o grupo – o que é trabalhado no grupo, só tem sentido no grupo.

Assim, paulatinamente, em decorrência da técnica, é possível delinear o enquadre do setting – é sempre uma construção em equipe que, amiúde, para Leszcz e Yalom (2007) exige do coordenador a sustentação de uma posição efetivamente de líder, desde as tarefas pré-terapia.

No que tange aos primeiros passos da consolidação de um contrato de trabalho entre a equipe e o terapeuta, Leszcz e Yalom (2007, p.250) alertam que os participantes devem entender primeiramente como realizar sua principal tarefa no grupo “o propósito para o qual entraram para o grupo”. Direcionar os membros no caminho da compreensão dos motivos que os levaram até o grupo é uma das primeiras tarefas a serem conduzidas pelo terapeuta.

Contudo, o trabalho com grupos exige uma postura ética e técnica por parte do terapeuta/coordenador, o que inclui a capacidade empática de conduzir as tarefas, as produções, a fim de facilitar narrativas, estabelecer uma escuta refinada e construir dispositivos para que o grupo produza metáforas ressonantes de uma possível intervenção terapêutica.

Em nosso artigo preconizamos um relato da experiência obtida através da proposta de grupo operativo com pais de crianças em lista de espera. Amiúde, é de nosso interesse dialogar a teoria psicanalítica (especificamente na compreensão da dinâmica de grupos) com o recorte de algumas sessões e conduções terapêuticas do grupo em questão.

Metodologia

O grupo operativo ocorreu quinzenalmente e foi ofertado pelo Setor de Psicologia, ambulatório da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) que é interligado ao prédio do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no entanto, em virtude de falta de salas para realizar as sessões em grupo, foi necessário utilizar-se das dependências do CAPS que conta com salas maiores.

Para que se pudesse realizar a proposta, o estagiário dialogou com as psicólogas do ambulatório (SEMSA) e, a partir da concordância das profissionais, iniciou um trabalho de revisão dos prontuários (checando as listas de triagem e os pacientes em fila de espera). A partir disto, foi possível iniciar o contato telefônico com os pais de pacientes em lista de espera e, através deste, efetivar o convite para participar dos encontros quinzenais.

Neste momento do trabalho, através dos contatos telefônicos, percebeu-se que muitos dos usuários em lista de espera já haviam ido embora do município, o que de fato, revelava ainda mais a urgência de um trabalho sobre a lista de espera.

Os encontros tiveram a duração de quarenta e cinco minutos por sessão e totalizara 12 encontros. Desde o primeiro encontro/sessão com o grupo preconizou-se as questões referentes ao contrato de trabalho (enquadre, setting, metodologia, sigilo etc), uma das primeiras pretensões do grupo (dada na primeira sessão) foi refletir sobre o que trazia cada sujeito ao grupo.

Cada sessão/encontro iniciava com o estagiário recepcionando os participantes na sala de espera da instituição. Posteriormente, os sujeitos eram convidados a sentar-se em cadeiras dispostas em um semicírculo em uma sala coletiva do CAPES. Para eliciar as discussões/diálogos do grupo utilizou-se do método psicanalítico de associação livre, bem como, do pressuposto de Revière (2012 [1983]) sobre a tarefa. Utilizamos, também, de dispositivos como: vídeos e um grupo de whatsapp (para compartilhar informações e cronogramas dos encontros).

O trabalho de estágio foi supervisionado pelas profissionais psicólogas do ambulatório. Bem como, contou com supervisão acadêmica, através de registros em diário de campo e produção de relatórios de estágio e discussões clínicas com o supervisor.

Resultados e Discussão

Uma Situação Clínica a partir do Grupo Operativo

No que tange à prática de grupo com pais e responsáveis por crianças em fila de espera do setor de psicologia, a proposta surge como pretenso dispositivo para trabalhar a extensa lista de espera. Para ilustrar melhor o transcorrer desta prática, decidi relatar uma situação específica ocorrida no segundo encontro com o grupo.

Era quinta-feira, nublada e chuvosa. Eu havia chegado às dependências do CAPS e, logo de cara, visualizava alguns membros do grupo na sala de espera da instituição. Dada às cordialidades “Bom dia! Queiram me acompanhar?”, iniciávamos o segundo encontro de acompanhamento com os pais e responsáveis pelas crianças na fila de espera.

Pouco a pouco os membros do grupo iam se alocando nas cadeiras dispostas em semicírculo. A porta da sala encontrava-se aberta, afinal, eu esperava que mais membros pudessem ir chegando. Então, íamos direcionando a sessão e a primeira questão levada ao grupo era a seguinte: “Como foi à semana de vocês?”. Alê, que procurou o serviço do setor de psicologia por relatar dificuldades em casa com seus dois filhos, mexia-se na cadeira e relatava – “Foi péssima!”.

A partir da narrativa de Alê, outros participantes do grupo começaram a falar – “É! Minha semana também foi ruim”. Assim, iam surgindo as primeiras questões do encontro. Quando questionados sobre os motivos destes percalços “ditos negativos”, alguns membros, assim como Alê, respondiam – “É... Problemas na família!”.

Após este diálogo inicial, convido-os a revisar a tarefa da sessão passada (a tarefa era refletir sobre a questão “O que nos trouxe até aqui?” e registrar em um papel um assunto tema para ser discutido em sessão). Os participantes, então, confessam não terem realizado a tarefa. Aproveito o momento para retomar a importância deste dispositivo-tarefa, no que concerne a implicação subjetiva com os assuntos trabalhados no grupo (REVIÈRE, 2012 [1983]).

Então, a pauta de conversa ia sendo delineada. Porém, Nadi (avó que participa do grupo representando os pais de sua neta, os quais são separados e alegam não ter como participar do grupo, pois não têm tempo) diz o seguinte – “Olha, eu trouxe um pedido da escola da minha neta, a professora diz que o caso de minha neta é urgente!”. Na tentativa de acolher o que estava sendo trazido por Nadi, procuro investigar melhor o que ela estaria querendo nos dizer, então, ela continua – “A professora sugeriu que você realizasse um grupo apenas com as crianças e não com os pais, seria mais eficaz!”.

Minha primeira leitura desta situação considera, justamente, que, como previsto na literatura (LESZCZ; YALON, 2007), inicialmente emerge no grupo diferentes defesas e projeções que visam destituir o coordenador de sua posição. Porém, evitei tomar o pedido de Nadi como algo pessoal e busquei acolher o que ela estava querendo nos dizer.

A estratégia foi a seguinte – solicitar que os participantes, em conjunto, pensassem a possibilidade de um grupo apenas com as crianças. Pontuo esta questão ao grupo e agradeço a Nadi por ter trazido esta solicitação, porém, digo que não irei respondê-la neste primeiro momento, mas que irei retomar a questão após assistirmos um vídeo. Convido-os a assistir o vídeo que estava previsto para esta sessão – um breve vídeo sobre o funcionamento familiar e as vicissitudes na educação dos filhos.

Então, a partir do vídeo surgem muitas questões. Alê relata que a cena que mais chamou sua atenção é a parte em que o vídeo alerta sobre a influência da tecnologia na educação dos filhos. Nadi? Permanecia quieta, por ora, mexia os dedos. Os assuntos iam surgindo a partir do vídeo e quanto mais eu questionava sobre as cenas que haviam despertado maior interesse o grupo ia narrando uma por uma.

O vídeo, embora lacônico, falava sobre questões comuns que acontecem ao longo do desenvolvimento infantil e, por ora, aponta angústias que atravessam os pais. Porém, havia algo que tinha me chamado mais atenção no vídeo, a seguinte fala- “E a tarefa que esqueceram.”. Anotei esta frase e levei a discussão com o grupo, convidando-os a me ajudar a pensar o que estava sendo dito ali.

Esta pontuação que faço elicia um silêncio que toma conta do momento. Todavia, o silêncio vai se dissolvendo e os membros começam a falar sobre a questão. Uma das participantes contou sobre quando carregava a mochila para os filhos, Alê lembrou que desde sempre mandou que os filhos carregassem seus próprios materiais escolares.

O silêncio que fazia ressonância nos minutos posteriores ao meu apontamento passou a ser dissolvido e várias narrativas começaram a ser produzidas. Então, neste momento, recapitulei o pedido inicial de Nadi. Em minha fala, estabeleci um paralelo com o fato de todos os membros do grupo terem “esquecido” da tarefa e, os questiono – “Pois bem, retomando a questão trazida por Nadi, me auxiliem a pensar a possibilidade de um grupo apenas com as crianças.”.

Neste ponto da sessão (que se encaminhava aos minutos finais) o grupo se apropria de minha pontuação e uma das mães diz o seguinte “Se nós não lembramos da tarefa, será que as crianças irão lembrar?”. Então, este insight serve como analisador e a partir disto respondo Nadi sobre a importância dos pais e responsáveis estarem implicados com o processo de desenvolvimento dos filhos, bem como, auxiliarem na resolução de conflitos que possam surgir.

Por fim, finalizo a sessão agradecendo pela contribuição de Nadi e digo que o grupo é um espaço para que possamos trazer questões e refletir sobre elas – a ideia é que o grupo consiga dar conta de refletir e produzir a resolução de conflitos. Então, preconizo, mais uma vez, a importância da

tarefa como ferramenta que reverbera para além dos encontros quinzenais e penetra o cotidiano familiar, por fim, peço novamente que, para o próximo encontro a tarefa seja trazida (uma anotação para pensarmos, em coletivo, a questão: O que nos trouxe até aqui?).

A Intervenção

No tocante da situação relatada com o grupo, percebeu-se uma gradativa dissolução dos membros. Apesar de os membros (nos primeiros cinco encontros) estarem produzindo uma resposta à angústia que os trazia ali – nomeavam suas situações específicas e, encontrava no grupo uma relação de semelhança, não conseguiam aceitar a tarefa como uma produção para além dos encontros.

E qual seria a tarefa que procedia a cada encontro com o grupo? Identificar situações do cotidiano que pudessem significar a pergunta inicial de nosso encontro – O que nos trouxe até aqui?

Fui identificando que, quando questionados, tendiam a dizer – “Ah, esqueci a tarefa. Minha semana foi corrida e cheia de problemas, não consegui refletir sobre minhas questões!”. No entanto, conforme o diálogo ia sendo conduzido, a questão inominável (O que nos trouxe até aqui?) ia sendo delineada, no caminho de possíveis respostas, dentre as nuances de cada narrativa.

Nadi (a avó que, na segunda sessão, teria feito o pedido de um grupo de acompanhamento somente para as crianças) vinha participando das sessões e, não tardava para que trouxesse outra solicitação da escola de sua neta. Suas reivindicações iam sendo trazidas, escutadas, levadas à supervisão e respondidas, porém, fui percebendo que sua exigência tentava nos dar notícias (especificamente ao setor de psicologia) da história de uma avó que não desejava estar ali.

Pichon (2012 [1983]) alerta-nos que o propósito de um grupo operativo não é produzir uma ação no seguimento de angústias individualizadas, mas sim, operar onde se encontra um denominador comum de ansiedade grupal. A partir disso, fui percebendo que o pedido de Nadi, cada vez mais, distanciava-se do trabalho em grupo, suas defesas iam sendo enrijecidas, era como se sua transferência dissesse – “Não precisamos de um grupo de responsáveis, eu não preciso estar aqui, quem precisa é minha neta, ou melhor, os pais dela!”.

Enquanto se fortalecia no grupo a principal tarefa – responder a um denominador comum a todos e, dentre a operatividade das reflexões do grupo, em face das angústias levantadas, dar conta de resolver as conflitivas semelhantes, Nadi participava, porém, afirmando – “Eu não deveria estar aqui, já eduquei os meus filhos. Hoje eu cuido da minha neta, mas, no final das contas, ora ela vai pra casa do pai, outa ora para a casa da mãe. Não adianta, comigo a relação dela é boa!”.

O que pude interpretar do pedido de Nadi foi o seguinte – estou em uma mediação triangular, minha neta fica comigo quando não está na casa dos pais que são separados e têm conflitos relacionais. Na escola, a professora me pressiona, pois, minha neta é aparentemente solitária e sem muitos amigos.

Seguindo esta questão, percebi que Nadi assumia uma posição impossível entre os pais de sua neta, que são separados, e o mesmo se atualizava na escola, com a professora. Os pais eximem-se de suas responsabilidades; a escola exige psicoterapia para a criança, então, “eu sou avó” e não tenho essa responsabilidade, portanto, é o dever do setor de psicologia responder a esta mediação.

O caso de Nadi era uma situação particular que meticulosamente eu tentava dar conta com o grupo. Porém, fui percebendo que seu pedido se distanciava do propósito da ansiedade grupal.

Nas entrelinhas transferenciais, o desejo de Nadi contava-nos que ela não queria estar ali, enquanto parte dos participantes desejavam falar sobre suas situações e dificuldades com os filhos, Nadi dizia – “Eu já criei os meus filhos, agora, tenho que cuidar da neta”.

A posição de Nadi no grupo era diferente dos demais. Alê (mãe solo) falava sobre os filhos, confidenciava aos outros participantes do grupo que não sabia mais o que fazer, sentia-se desamparada e esperava encontrar no grupo respostas para isso. Kari – mãe de uma menina de doze anos e de um menino de seis anos, vinha ao grupo para dar conta das suas dificuldades no cotidiano.

Pouco a pouco, Alê e Kari, encontravam semelhança através das reflexões do grupo, em suas situações cotidianas. Alê continuava contando sua história de vida – “Olha, eu cortei de vez a relação com o pai das crianças, ele nunca ajudou em nada!”. Kari, concordante com os relatos de Alê, confirmava – “É, eu também cortei a relação com o pai dos meus filhos. Agora, tenho outro companheiro, mas ele me escuta, inclusive, estou grávida”.

Aos poucos, a cada encontro quinzenal, apesar de estar havendo uma atividade operativa em relação às angústias semelhantes, fui notando que o número de participantes do grupo ia diminuindo.

Entre os pais que iam sendo integrados no grupo, de acordo com os encaminhamentos que as supervisoras me passavam, percebíamos (os próprios membros deram-se conta) da diminuição dos integrantes do grupo.

Porém, apesar da diminuição dos participantes, os encontros continuavam acontecendo e as reflexões iam delineando a angústia que intersecciona o ponto nodal dos encontros – “O que nos trouxe até aqui?”.

Pude perceber que de fato, muitos dos membros foram justificando suas ausências – não tenho tempo; há incompatibilidade nos horários etc. A partir disso, inclusive, em um encontro do grupo, alteramos os horários dos encontros (tendo adiantado os encontros em 15 minutos).

Apesar disso, o grupo foi se diluindo, muitos me avisavam que não conseguiriam mais vir por causa do trabalho. Mas, mesmo assim, o grupo continuava acontecendo.

Nadi? Pediu para que eu adicionasse o número de seu filho e de sua ex-nora no grupo de whatsapp (ferramenta multimídia, disponível em celulares smartphone), para que eles pudessem acompanhar as mensagens e os cronogramas de encontro.

Em todo caso, mais uma vez, o que Nadi, nas entrelinhas, estava me pedindo era para que chamasse os pais de sua neta à responsabilidade. Atendendo ao pedido, adicionei os respectivos números no grupo de grupo de whatsapp. O resultado? Eles não compareceram aos encontros do grupo. Nadi? Após ter o seu pedido contemplado (os pais de sua neta foram adicionados no grupo de whatsapp) nunca mais apareceu nos encontros no CAPS.

A partir da situação específica da avó que, obrigada a responder pelos pais da sua neta, vem ao grupo, sem querer estar ali, encontramos uma situação que ilustra uma das possíveis interpretações para ela ter se desligado dos encontros quinzenais.

Nadi sustentava o lugar de intermediário em relação à neta e aos pais separados. Esta questão se atualizou em nossa transferência, ou melhor, na transferência dela com o serviço do setor de psicologia no momento em que

a professora da escola começou a pressioná-la para que a neta fosse atendida urgentemente. Assim, “as fantasias transferenciais emergem tanto em relação aos integrantes do grupo, como em relação à tarefa e ao contexto em que se desenvolve a operação grupal” (PICHON, 2012 [1983], p.225).

Em todo caso, a situação de Nadi se repetia em casa, na escola e no grupo de acompanhamento. Sentia-se obrigada a assumir uma responsabilidade que não era parte de seu desejo. Responsabilizar-se pela neta era algo de seu interesse, mas, o que aparecia em seu discurso era o fato dela já ter criado os seus próprios filhos.

Por fim, compreende-se que o desligamento de Nadi do grupo se deu através de algumas defesas projetivas que emergiam a partir da tarefa – “(...) resolver o denominador comum da ansiedade do grupo (...)”. (PICHON, 2012 [1983], p.135).

A ansiedade de Nadi negava a tarefa e, permeando o setting, produzia nebulosas entre assumir um desejo. Em detrimento da possível angústia, que surgia em face das reflexões (tarefa), aparecia à ambivalência do desejo, que possivelmente abalaria a homeostase familiar.

Nadi, em sua situação específica, consegue ilustrar, justamente, as nuances e o movimento de dissolução de uma parcela do grupo. Veio assiduamente aos encontros, trazia suas angústias em relação à neta e não se conformava com o fato de os pais (seu filho e sua ex-nora) não se responsabilizarem pela criança.

Doravante, Nadi atualizou no grupo sua situação de anonimato e reviveu ali o que se passava em sua própria casa – é a mediadora entre a separação do filho com a ex-nora e, a partir disso, assume uma posição ambígua em relação à maternagem da neta.

Nadi não permaneceu no grupo, pois, não encontrou nas reflexões (tarefa) um amparo ao seu desejo. A avó, através do encaminhamento da neta, assumiu uma posição de anonimato do seu próprio desejo e nos contou que, de fato, sua verdadeira demanda era ser escutada na posição de sujeito de desejo – sua neta não era produto de seu desejo, mas sim do desejo de seu filho.

No entanto, Alê e Kari continuaram frequentando os encontros quinzenais, bem como, outros participantes. As discussões e tarefas iam sendo delineadas a partir das necessidades e angústias que, a cada sessão, o grupo debatia.

Considerações finais

Amiúde, o trabalho com grupos exige uma capacidade ínfima de canalizar as diferentes energias subjetivas que ali emergem. No entanto, o grupo de pretensão terapêutica, ofertado pelo Setor de Psicologia como proposta de estágio, fez emergir novas possibilidades e estratégias de atendimento, visto que, o ambulatório encontrava-se esgotado e com listas de espera imensas.

A partir de nossa prática poderíamos pensar o fazer institucional como um emaranhado que nos dá notícias de uma transferência entre instituição-grupo-terapeuta. Não obstante, esta fusão entre as partes atualiza uma necessidade de reinventar os dispositivos de escuta, uma vez que, por ora, um serviço de atendimento público esgotado em sua extensa lista de espera torna-se obsoleto a seu propósito social.

O grupo, em sua função operativa, fez emergir, no empenho de suas tarefas, caminhos e percursos narrativos. Os diferentes discursos, em seus mais íntimos anseios, nos contam sobre um espaço de escuta autêntico no fazer-se sujeito e na possibilidade de aprender a reinventar-se nos diferentes espaços e campos das subjetividades.

Em suma, compreendemos que o grupo possibilitou a criação de um novo serviço no ambulatório do Setor de Psicologia, convidando os profissionais e a comunidade a se reorganizarem em suas articulações terapêuticas. Assim, surgiram outras ofertas de grupo no setor (incluindo trabalhos de acompanhamento de jovens adolescentes em lista de espera).

Não obstante, a clínica é uma lógica que necessita reinventar-se a cada instante. Afinal, como diria Freud (2018 [1921]), o ato clínico sempre é um fazer social, uma vez que suas bordas reverberam para além das paredes do consultório. E, como social, cada época produz seus anseios e necessidades.

Sobre o artigo

Recebido: 20/03/2020

Aceito: 02/05/2020

Referências bibliográficas

CUNHA, G. T. **Grupos Balint Paideia:** uma contribuição para a co-gestão e a clínica ampliada na atenção básica. 2009. 265 f. Tese (Doutor em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2009.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu** (1921). São Paulo: Companhia das Letras: 2018.

RIVIÈRE, E. P. **Textos de Psicologia:** O processo grupal (1983).. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Psicanálise, instituição e laço social: o grupo como dispositivo. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 343-366, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 28 de abril de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000002>.

YALOM, I. D.; LESZCZ, M. **Psicoterapia de grupo:** teoria e prática. Porto Alegre: Artemed, 2006.